



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO – 2022

PROCESSO PENAL II

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 **PROFESSOR:** Clovis Alberto Volpe Filho
- 1.2 **DEPARTAMENTO:** Direito Público
- 1.3 **DISCIPLINA:** Processo Penal II
- 1.4 **SÉRIE:** 4º **TURMAS:** A e B **TURNOS:** DIURNO E NOTURNO
- 1.5 **CARGA HORÁRIA SEMANAL:** 4 h/a. **HORÁRIA ANUAL:** 144 h/a.

2. EMENTA

O conteúdo programático, aliando teoria e prática, contemplará os seguintes pontos: Teoria da Prova no Processo Penal. Medidas Cautelares Pessoais: prisões cautelares e medidas diversas à prisão. Atos processuais e Procedimentos: comum e especial. Sentença e Coisa Julgada. Teoria Geral das Nulidades. Teoria dos Recursos e Recursos em espécie. Ações de impugnação: Habeas Corpus; Revisão criminal e Mandado de Segurança. Aspectos teóricos da Lei de Execução Penal.

3. OBJETIVOS GERAIS

- 3.1. Em um curso de graduação em ciências jurídicas, impõe-se ao professor a tarefa de fornecer aos graduandos o conhecimento de todos os diplomas legais, na respectiva área de ensino, bem como despertar-lhes a consciência para uma correta e adequada interpretação sistemática; afinal, nem sempre do conhecimento literal das leis, ainda que muito bem embasado, se extrai a melhor interpretação. E a interpretação equivocada pode conduzir a uma aplicação inadequada, quando, não raro, injusta e prejudicial aos interesses daqueles a quem o futuro profissional tiver de servir.
- 3.2. Mas, como a ciência jurídica não é estática, estando sobremaneira sujeita às transformações socioculturais, que geram alterações legislativas profundas e frequentes, impõe-se, de igual maneira, um atento acompanhamento, razão pela qual se dará ênfase às modificações introduzidas, procurando-se, ademais, a melhor adequação sistemática, notadamente, no aspecto constitucional. Apesar de recentes e reiteradas reformas, existe projeto de reforma (integral) do Código de Processo Penal, que deverá ser acompanhado.
- 3.3. Ademais, considerando-se que o direito deve estar inserido em um contexto social e não circunscrito à sua expressão meramente normativa, dar-se-á especial atenção no sentido de se formar uma consciência interpretativa crítica; e, portanto, não apenas exegética ou dogmática, mas voltada para o contexto histórico e, tanto quanto possível, procurando-se despertar para o compromisso com a transformação social, concretamente enfocada.
- 3.4. Nessa perspectiva, serão apresentadas questões práticas, referentes a casos reais ou simulações, para que da discussão em grupo se possibilite a formação de uma consciência crítica, tanto dos postulados referentes ao direito positivo, como com vistas à correta aplicação na vida profissional. E, certamente, não se pode deixar de focar, os precedentes da jurisprudência, como reconhecimento da expressão maior da experiência e da visão do direito por quem o faz, diuturnamente.
- 3.5. Por último, ter-se-á em conta que para a graduação os candidatos deverão comprovar aptidão para a produção de textos, mediante a elaboração de pesquisa e apresentação de trabalho escrito, na conclusão do curso; com vistas a esse enfoque, desde logo, e independentemente do incentivo à iniciação a esse trabalho obrigatório, se procurará estimular a criatividade, sugerindo-se apresentações de outros escritos, sob temática que se relacione com o curso e, de modo especial, com a matéria.



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO – 2022

PROCESSO PENAL II

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 4.1 Introduzir o aluno às estruturas elementares do processo penal, em seus princípios informativos, levando-o ao aprendizado, possibilitando o conhecimento do instrumental disponível na disciplina.
- 4.2 Análise sistemática e contextual dos temas afetos à disciplina processual penal, com indicação da sua correta interpretação em harmonia com o sistema constitucional vigente.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRIMEIRO BIMESTRE

I - DA PROVA

1. DISPOSIÇÕES GERAIS OU TEORIA GERAL DA PROVA
 - 1.1 Conceito de prova
 - 1.2 Função da prova
 - 1.3 Direito à prova
 - 1.4 Limites ao direito à prova
 - 1.5 Procedimentos referentes à prova
 - 1.6 Classificação da prova
 - 1.7 Objeto da prova
 - 1.8 Princípios gerais da prova
 - 1.9 Ônus da prova
 - 1.10 Sistemas de avaliação da prova
 - 1.11 Cadeia de custódia do conjunto probatório
2. AS PROVAS NOMINADAS NO CPP
 - 2.1 Do exame de corpo de delito e das perícias em geral
 - 2.2 Interrogatório do acusado
 - 2.3 Confissão
 - 2.4 Perguntas ao ofendido
 - 2.5 Prova testemunhal
 - 2.6 Reconhecimento
 - 2.7 Acareação
 - 2.8 Documentos
 - 2.9 Índícios
3. BUSCA E APREENSÃO
 - 3.1 Busca e apreensão e garantias constitucionais
 - 3.2 A necessidade de separação dos institutos (busca e apreensão)
 - 3.3 Busca
 - 3.4 Apreensão
4. OUTROS MEIOS DE PROVA OU MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVAS
 - 4.1 Interceptação telefônica
 - 4.2 Colaboração Premiada
 - 4.3 Escuta ambiental
 - 4.4 Quebra de sigilo bancário
 - 4.5 Agente Infiltrado
 - 4.6 Ação controlada



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO – 2022

PROCESSO PENAL II

SEGUNDO BIMESTRE

II –DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS

1. ASPECTOS GERAIS SOBRE MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL
 - 1.1 Conceito
 - 1.2 Espécies de medidas cautelares
 - 1.3 Características das medidas cautelares
 - 1.4 Regras gerais sobre as medidas cautelares pessoais

2. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A PRISÃO
 - 2.1 Conceito de prisão
 - 2.2 Espécies de prisão
 - 2.3 Princípios constitucionais aplicáveis à prisão
 - 2.4 Formalidades para o cumprimento da prisão

3. PRISÃO EM FLAGRANTE
 - 3.1 Considerações preliminares
 - 3.2 Flagrante facultativo e flagrante obrigatório
 - 3.3 Modalidades de flagrância
 - 3.4 Hipóteses especiais de flagrante
 - 3.5 Formalidades do flagrante
 - 3.6 Audiência de Custódia

4. PRISÃO PREVENTIVA E DEMAIS MODALIDADES DE PRISÃO CAUTELAR
 - 4.1 Natureza e características
 - 4.2 Momento e iniciativa da decretação
 - 4.3 Requisitos ou pressupostos: prova do crime e indícios da autoria
 - 4.4 Fundamentos ou circunstâncias autorizadoras
 - 4.5 Condições de admissibilidade
 - 4.6 Fundamentação e recurso
 - 4.7 Controle periódico da prisão preventiva
 - 4.8 Conversão da prisão preventiva em domiciliar
 - 4.7 Outras modalidades de prisão provisória: temporária e prisão decorrente de julgamento do Tribunal do Júri

5. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO
 - 5.1 Características
 - 5.2 Comparecimento periódico em juízo
 - 5.3 Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares
 - 5.4 Proibição de manter contato com pessoa determinada
 - 5.5 Proibição de ausentar-se da Comarca
 - 5.6 Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga
 - 5.7 Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira
 - 5.8 Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável
 - 5.9 Fiança, nas infrações que a admitem
 - 5.10 Monitoração eletrônica
 - 5.11 Apreensão de Passaporte

6. LIBERDADE PROVISÓRIA
 - 6.1 Considerações iniciais
 - 6.2 Natureza jurídica
 - 6.3 Espécies de liberdade provisória
 - 6.3.1 Liberdade provisória sem cumulação com medida cautelar diversa da prisão
 - 6.3.2 Liberdade provisória com cumulação com medida cautelar diversa da prisão



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO – 2022

PROCESSO PENAL II

6.4 Aspectos jurisprudenciais sobre a liberdade provisória

7. OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR

7.1 Relaxamento da prisão

7.2 Revogação da prisão cautelar

TERCEIRO BIMESTRE

III – DOS ATOS PROCESSUAIS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS
2. A REALIZAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS
 - 2.1 Audiências e sessões
 - 2.2 Prazos
3. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS
 - 3.1 Atos das partes
 - 3.2 Atos dos juízes
 - 3.3 Atos dos auxiliares da Justiça
4. CITAÇÕES E INTIMAÇÕES
 - 4.1 Das citações
 - 4.2 Das intimações

IV – DOS RITOS PROCEDIMENTAIS

1. PROCEDIMENTO
 - 1.1 Conceitos
 - 1.2 Classificação de processo
 - 1.3 Classificação dos procedimentos
2. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO, SUMÁRIO E SUMARÍSSIMO
 - 2.1 Fase postulatória
 - 2.2 Fase instrutória
 - 2.3 Fase decisória
3. PROCEDIMENTO DO JÚRI
 - 3.1 Origem do Tribunal do Júri
 - 3.2 Evolução do instituto, de Roma à atualidade
 - 3.3 O júri no Brasil
 - 3.4 Princípios ou requisitos fundamentais
 - 3.5 Características Principais
 - 3.6 Composição e organização do júri
 - 3.7 Juízo de acusação ou sumário de culpa
 - 3.8 Desaforamento e prazo de realização do julgamento
 - 3.9 Fase de julgamento
4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS
 - 4.1 Nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos
 - 4.2 Nos crimes contra a honra
 - 4.3 Nos crimes contra a propriedade imaterial
 - 4.4 Nos crimes falimentares
 - 4.5 Nos crimes de tóxicos



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO – 2022

PROCESSO PENAL II

V – DAS DECISÕES JURISDICIONAIS PENAIS

1. CLASSIFICAÇÃO
 - 1.1 Despachos
 - 1.2 Decisões interlocutórias
 - 1.3 Decisão com força de definitiva
 - 1.4 Decisões definitivas

2. SENTENÇA
 - 2.1 Conceito e natureza jurídica
 - 2.2 Requisitos da sentença
 - 2.3 Correlação ou congruência e *Jura novit curia*
 - 2.4 Sentença absolutória
 - 2.5 Sentença condenatória
 - 2.6 Mutatio e emendatio libelli

3. COISA JULGADA
 - 3.1 Conceito, natureza jurídica e fundamento
 - 3.2 Espécies
 - 3.3 Efeitos ou limites objetivos da coisa julgada

QUARTO BIMESTRE

VI - DAS NULIDADES

1. GENERALIDADES
 - 1.1 Conceito de nulidade
 - 1.2 As consequências dos atos processuais imperfeitos ou atípicos
 - 1.3 Princípios aplicáveis ao tema das nulidades
 - 1.4 Momentos de decretação da invalidade

2. VÍCIOS PROCESSUAIS ELENCADOS NO CPP
 - 2.1 Introdução
 - 2.2 Incompetência, suspeição e suborno do juiz
 - 2.3 Ilegitimidade de parte
 - 2.4 Por falta das fórmulas ou dos termos seguintes
 - 2.5 Por omissão de formalidade essencial do ato

VII – DOS RECURSOS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS
 - 1.1 Conceito, natureza jurídica e características
 - 1.2 Fundamentos dos recursos
 - 1.3 Classificações dos recursos
 - 1.4 Princípios dos recursos
 - 1.5 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito
 - 1.6 Pressupostos ou requisitos (objetivos e subjetivos)
 - 1.7 Efeitos dos recursos

2. ESPÉCIES DE RECURSOS
 - 2.1 Recurso no sentido estrito
 - 2.2 Apelação
 - 2.3 Carta testemunhável
 - 2.4 Processamento e julgamento dos recursos nos tribunais
 - 2.5 Embargos infringentes e embargos de nulidade
 - 2.6 Embargos de declaração



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO – 2022

PROCESSO PENAL II

- 2.7 Correição Parcial
- 2.8 Recurso Ordinário Constitucional

VIII – DAS AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO

- 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- 2. REVISÃO CRIMINAL
 - 2.1 Histórico, fundamento, conceito e natureza jurídica
 - 2.2 Espécies de revisão
 - 2.3 Pressupostos processuais e condições da ação
 - 2.4 Revisão das decisões do júri
 - 2.5 Fundamentos da revisão
 - 2.6 O processo e o procedimento da revisão
- 3. *HABEAS CORPUS*
 - 3.1 Origem, conceito e natureza jurídica
 - 3.2 Espécies de *habeas corpus*
 - 3.3 Hipóteses legais (art. 647)
 - 3.4 Condições da ação
 - 3.5 O processo e o procedimento do “habeas corpus”
- 4. MANDADO DE SEGURANÇA
 - 4.1 Origem e base normativa
 - 4.2 Natureza jurídica e pressupostos
 - 4.3 Mandado de segurança contra ato jurisdicional penal

IX – DOS ASPECTOS TEÓRICOS DO PROCEDIMENTO JUDICIAL DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEP)

- 1. ASPECTOS GERAIS SOBRE A LEP
- 2. JUÍZO DA EXECUÇÃO
- 3. LEGITIMIDADE PARA AGIR
- 4. PARTICIPAÇÃO DO ADVOGADO
- 5. RECURSO NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

7 PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas, com apresentação doutrinária; realização de estudo dirigido, individual ou em grupo, aulas introdutórias seguidas de seminários, trabalho escrito: individual e em grupo, análise e discussão de casos concretos, discussão de casos práticos, utilização de organogramas e resumos. Análise/discussão de textos legislativos para integração da teoria à prática. Exposição com o auxílio dos recursos de multimídia. Estudos de casos. Trabalhos em grupos e individuais.

8 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO

- 7.1 Provas com questões objetivas e dissertativas
- 7.2 Apresentações orais de textos previamente indicados
- 7.3 Trabalho de Pesquisa
- 7.4 Participação em classe ou fora, espontaneamente ou provocada.
- 7.5 Aplicação e assiduidade nas aulas



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO – 2022

PROCESSO PENAL II

9 BIBLIOGRAFIA

– preferir a edição mais atualizada – em relação aos Manuais a edição precisa ser ao menos após 2020

ALVES, Roque de Brito. Dos indícios no processo penal. São Paulo: Forense, 2003.

BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2017.

_____, Gustavo Henrique R. Ivahy. Ônus da prova no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BARROS, Antonio Milton de. Processo Penal segundo o sistema acusatório. Leme: LED, 2002.

_____. A lei de proteção a vítimas e testemunhas: e outros temas de direitos humanos comentados. 2.ed. Franca: Lemos & Cruz, 2006.

BRANCO, Tales Castelo. Da Prisão em Flagrante. São Paulo: Saraiva, 2012.

DE LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Juspodivm, 2022.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini e outros. Juizados Especiais Criminais: Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. São Paulo: Revista dos Tribunais.

_____. As Nulidades no Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. Recursos no Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. Saraiva, 2022.

MACHADO, Antonio Alberto. Curso de Processo Penal. 6. Ed. Atlas, 2014.

MARREY, Adriano. Júri - Teoria e Prática. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MENDONÇA, Andrey Borges de. Prisões e outras Medidas Cautelares Pessoais. Método, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 12. Ed. Forense, 2015.

_____. Tribunal do Júri. Revista dos Tribunais, 2015.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 19. Ed. Atlas, 2015.

PITOMBO, Cleunice. Da Busca e Apreensão no Processo Penal. Revista dos Tribunais, 2005.

QUEIJO, Maria Elizabeth. O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio nemo tenetur se detegere e suas decorrências no processo penal. 2. Ed. Saraiva, 2012.

SANCHES, Rogério. Pacote Anticrime. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Direito Processual Penal. 9. Ed. Juspodivm, 2014.

TORNAGHI, Hélio. Curso de processo penal. Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 34. Ed. Vol. I a IV. Saraiva, 2012.



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO – 2022

PROCESSO PENAL II

TUCCI, Rogério Lauria. Teoria do direito processual penal: jurisdição, ação e processo penal. Revista dos Tribunais, 2002.

Responsabilizo-me pelo cumprimento integral deste Plano de ensino.

Franca, 04 de abril de 2022.

PROF. CLOVIS ALBERTO VOLPE FILHO
Professor